



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A noção de psicosfera como instrumento para análise do planejamento e desenvolvimento territorial

Luciano Duarte (UFGD)

André Pasti (UFABC)

Mait Bertollo (UNICAMP)

Heloísa Molina (IFSP)

Wagner Nabarro (USP)

RESUMO GERAL

A presente proposição de sessão livre deriva de um projeto de reflexão coletiva realizada entre pesquisadores com forte vinculação com o partido de método de Milton Santos. Dentre o amplo cabedal conceitual legado pelo grande geógrafo brasileiro, a ideia de psicosfera, enquanto par dialético da tecnosfera, compõe um conjunto de noções e proposições que não chegaram a ser plenamente desenvolvidas em decorrência do falecimento do autor. Nosso intuito é contribuir com um processo de melhor definição da noção de psicosfera, integrando-a ao método geográfico. Isso possibilitará buscar caminhos de operacionalização dessa noção conceitual nas análises do planejamento urbano e do desenvolvimento territorial, bem como nas investigações geográficas e outros campos disciplinares. Os propositores desta sessão livre buscam apresentar reflexões derivadas de suas pesquisas, destacando as leituras e aproximações conceituais utilizadas para trazer maior sustentação a essa noção, assim como revelar seu potencial analítico na interpretação das atuais dinâmicas socioespaciais.

Partimos, aqui, da concepção do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, um híbrido entre materialidade e ação social, desenvolvidas por Milton Santos em sua obra "A Natureza do Espaço", publicada em 1996. Para o autor, o espaço pode ser compreendido por meio de duas dimensões indissociáveis: a tecnosfera e a psicosfera. A primeira corresponderia aos objetos técnicos ou fabricados do espaço; e associa-se – nem sempre de forma coincidente – a uma psicosfera, que corresponderia aos imaginários, emoções e valores presentes no território. A psicosfera diz respeito, portanto, ao reino das idéias, crenças, paixões, sendo uma importante dimensão da produção dos sentidos históricos, políticos e econômicos; enquanto a tecnosfera compreende o conjunto de objetos técnicos, resultado da artificialização

crescente do espaço e que são suporte material para realização das ações sociais. Os usos do território se fazem conjuntamente na tecnosfera e na psicofera, que são indissociáveis e complementares.

A psicofera é tratada pelos propositores desta sessão como um sistema de ideários, discursos, ideologias e imaginários que conformam o pensamento único que sustenta e fundamenta politicamente processos e formas socioespaciais da globalização, dentre eles modalidades de planejamento, políticas e dinâmicas econômicas urbanas, rurais e regionais. Além disso, esse conceito é fundamental para abordar a difusão do meio técnico-científico e informacional. Ainda que a psicofera seja parte intrínseca das dinâmicas territoriais e que seja uma dimensão cada vez mais indispensável para desenvolver reflexões socioespaciais, a presente Sessão Livre busca destacar essa dimensão a partir de análises sobre as ações de planejamento e desenvolvimento territorial, tanto nos espaços urbanos quanto rurais, assim como nas dinâmicas econômicas e nos embates políticos de projetos para a organização do espaço.

Para tanto, esta sessão pretende realizar cinco discussões guiadas por pesquisadores de distintas instituições e que o farão destacando aspectos particulares de suas pesquisas mais recentes. Elas estão organizadas da seguinte forma: (1) *Imaginários urbanos, representações socioespaciais e disputas de sentido no planejamento das cidades*, que discute a articulação dos imaginários urbanos e representações enquanto dimensões do território que compõem as disputas em torno do planejamento urbano nas cidades brasileiras; (2) *Circulação de discursos corporativos dominantes nos circuitos produtivos e na economia urbana*, que trata a forma como agentes, informações e dispositivos mobilizados por círculos de cooperação vinculados a circuitos produtivos globalizados contribuem na difusão de discursos corporativos próprios do pensamento único da globalização, sobretudo os da competitividade e da eficácia como orientadores das transformações espaciais das cidades e do horizonte de ação das firmas integradas à economia urbana; (3) *A capilarização da informação nas cidades e no campo no Brasil*, que aborda como a informação e os sistemas técnicos no campo e na cidade ensejam uma psicofera propícia a fomentar as ações do capital e grandes corporações sobre todas as formas, legitimando a propriedade privada sobre os bens comuns na conjuntura neoliberal; (4) *A ideologia da modernização e circuitos da economia agrária: a quem serve o planejamento territorial do campo brasileiro?*, que discorre sobre a relação entre a psicofera e o planejamento territorial explorando como as infraestruturas voltadas ao agronegócio globalizado influem não apenas na economia e na pauta de exportações, mas também nos sistemas alimentares; e (5) *Psicofera como campo de disputa financeira pelo discurso econômico*, que discute como agentes do mercado financeiro buscam difundir sua influência sobre a política e a economia do território nacional por meio da produção e circulação de informações que compõem uma psicofera dos investimentos.

IMAGINÁRIOS URBANOS, REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS E DISPUTAS DE SENTIDO NO PLANEJAMENTO DAS CIDADES

A produção e organização do espaço urbano ao longo do tempo é um campo de disputas, conflitos e embates entre projetos da sociedade. As práticas de planejamento territorial, nas diferentes escalas, se inserem dentro dessas disputas. Essas práticas são também ações sociais em permanente confrontação entre grupos dominantes e dominados pelo controle das decisões que

são adotadas. Cabe, assim, indagar sobre os sentidos que acompanham e que são produzidos a partir das práticas de planejamento das cidades.

Buscando dar concretude à análise da psicosfera, resgatamos duas noções: imaginários urbanos e representações socioespaciais. No primeiro caso, se trata de considerar os valores e anseios que povoam e movimentam o imaginário de um lugar em um período – apreendendo a imaginação como fenômeno coletivo, pleno de razão e emoção, marcado pela cotidianidade vivida, conforme Ana Clara Torres Ribeiro. São múltiplos os ideários que habitam o fenômeno urbano brasileiro, e múltiplas as formas de imaginar e representar a experiência coletiva. A noção de representações socioespaciais complementa a noção de representações sociais — formas de organização e reprodução de significações por meio de discursos mais ou menos coerentes que visam articular identidades e justificar escolhas e ações, conforme Marcelo Lopes de Souza. No caso das imagens espaciais e discursos fortemente espacializados, configurariam-se representações socioespaciais que ajudariam a elucidar e narrar as construções discursivas de grupos específicos em meio à luta e aos conflitos no plano do simbólico.

Imaginários urbanos e representações socioespaciais nas cidades estão inseridos nas dinâmicas de organização do espaço urbano, não se autonomizando dos processos sociais, econômicos e políticos. Cabe investigar, portanto, como as diferentes práticas de planejamento hegemônicas e contra-hegemônicas associam-se, produzem ou reproduzem imaginários urbanos e representações socioespaciais ou travam disputas pelo espaço urbano a partir dessa dimensão simbólica – na psicosfera. Os âmbitos e agentes destacados na produção desse imaginário, permeando e perpassando as ações de planejamento, são o próprio Estado, o mercado imobiliário e a mídia, mas também os movimentos sociais urbanos. O hibridismo do espaço deve contemplar um olhar para os imaginários urbanos indissociáveis das dinâmicas de organização e uso do território. É necessário, assim, vinculá-lo à compreensão das disputas e tendências para a conformação do espaço urbano na atualidade.

Analisamos, assim, o imaginário urbano dominante, associado às práticas de planejamento hegemônicas, moldado pela imposição de “consensos” passivos, a partir da lógica empresarial das cidades; pela predominância do city marketing, onde os agentes econômicos dominantes visam o controle e a privatização do próprio imaginário urbano; pela segregação socioespacial tratada como virtude, associada à lógica de condomínio; e pelo império da lógica do consumo em substituição ao princípio da cidadania. Por outro lado, partindo do entendimento de que os movimentos sociais também são agentes do planejamento, reconhecemos que o repertório de ação desses movimentos envolve diferentes formas de apropriação do espaço e a construção de narrativas vinculadas às lutas urbanas. Analisamos, assim, ações e estratégias dos novos e consolidados agentes das lutas sociais urbanas na disputa de sentidos e na arena dos imaginários urbanos.

CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS CORPORATIVOS DOMINANTES NOS CIRCUITOS PRODUTIVOS E NA ECONOMIA URBANA

O aprofundamento dos processos de fragmentação e especialização produtiva contribui para a ampliação e multiplicação dos agentes e lugares mobilizados

para realização integral dos processos, etapas e atividades produtivas que compõem diversos circuitos espaciais produtivos. A coordenação dos diversos movimentos e integração de todos os pontos que envolvem esses complexos circuitos são realizadas sobretudo por fluxos informacionais. Estes acabam conformando verdadeiros círculos de cooperação no espaço que além de conectar vários lugares em escala global, mostram-se como mecanismos de difusão de imaginários corporativos nos lugares em que se realizam, em especial nas cidades. As informações que conformam esses círculos de cooperação não se resumem a contratos de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, normas de procedimentos técnicos e contábeis das firmas, ou ainda fluxos financeiros para pagamentos entre agentes econômicos. Ao mesmo tempo, elas fazem circular discursos corporativos dominantes, permeados por lógicas e imperativos do pensamento único da globalização, como da competitividade e da eficácia.

Os círculos de cooperação no espaço e as informações que por eles circulam, portanto, são fundamentais para dispor a vida de relações que animam as cidades e agenciar as firmas que integram a economia urbana, ao mesmo tempo que contribuem diretamente na viabilização do espaço e conformação dos agentes econômicos que passarão a integrar, direta ou indiretamente, circuitos espaciais produtivos globalizados. Esses processos não se realizam exclusivamente por meios objetivos de “organização” do espaço das cidades ou “docilização” dos corpos dos agentes sociais da vida urbana, mas sobretudo por meios subjetivos de “racionalização” dos usos e práticas territoriais nas cidades e de “sujeição” de imaginários e ideários corporativos de agentes econômicos ligados a diversos circuitos da economia urbana.

Com o intuito de indicar possíveis caminhos de análise com base nessas reflexões, pode-se realizar o reconhecimento dos papéis que exercem diversos agentes participantes dos círculos de cooperação que se mostram como importantes difusores desses imaginários corporativos, dentre eles destacam-se os agentes de solidariedade, como associações setoriais (como federações da indústria, do comércio e etc), empresas de apoio às pequenas e médias empresas; e escritórios de consultoria, arquitetura ou de questões ambientais atuantes na implementação de projetos urbanísticos e/ou de infraestrutura regional. Também se destacam agentes estatais que contribuem na ampliação de relações comerciais das firmas locais e regionais que buscam se integrar a circuitos produtivos globais, ou ainda nas ações de city marketing ou captação de investimentos privados para as cidades e regiões (como agências de desenvolvimento, consórcios ou comitês setoriais).

Além desses agentes, os círculos de cooperação mobilizam dispositivos sociotécnicos que contribuem para a imposição de comportamentos e imaginários corporativos globais, como processos e sistemas técnicos de produção e aspectos contábeis, legais e financeiros, além de discursos hegemônicos sobre sustentabilidade e governança. Exemplos significativos são as plataformas digitais que estabelecem relações entre agentes ligados a circuitos superiores e outros de inferiores da economia urbana, mas também se eventos setoriais que põem em relação agentes produtivos de diversos ramos produtivos e níveis de organização, capital e tecnologia.

A CAPILARIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NAS CIDADES E NO CAMPO NO BRASIL

A capilarização da informação nas cidades e no campo ocorre, sobretudo, por meio das relações entre o uso do *smartphone* e outros objetos técnicos e o uso do território. Essa dinâmica se baseia na correspondência entre as redes presentes e as transformações territoriais a partir desses objetos que medeiam várias formas – complementares, indispensáveis e mesmo antagônicas – entre usuários e corporações que controlam as tecnologias telemáticas e proveem acesso à internet para comunicação, obtenção de dados e produção de informações e vigilância.

No caso das cidades, apontamos as contradições das chamadas *smart cities* e as estratégias de descentralização da governança das cidades e a crescente privatização dos serviços públicos, com a utilização de novas camadas de intermediação intensivas em dados, o que demanda novos sistemas de objetos técnicos. As cidades, que são também motores da acumulação capitalista, se encaixam no contexto mais amplo dos preceitos neoliberais, sendo disputadas entre empresas para desenvolver as *smart cities* pelo mundo, cujas infraestruturas tecnológicas são principalmente configuradas de modo mais alinhado aos dogmas neoliberais. Os dados coletados nas cidades são como *commodities* a serem vendidas e compradas delegando, por exemplo, grande parte do transporte público para Uber ou nenhuma intervenção sobre a ação de empresas como Airbnb, propiciando discussões sobre a geopolítica das *smart cities* em que empresas de vários países, mediadas por seus líderes políticos, lutam por mercados crescentes.

Esse movimento se estende ao sucessivo uso da internet no campo brasileiro, profundamente ligado à competitividade regional do agronegócio globalizado, com distintos tipos de utilização pelos agricultores, sejam eles grandes ou pequenos produtores. Novos agentes chegam no campo por meio das redes de internet, como as oligopolizadas Bigtechs, com aplicativos como *Whatsapp*, promovendo um tipo de organização informacional como principal meio de comunicação, acompanhado de aplicativos próprios para a produção agropecuária, em parceria com tradicionais corporações do agronegócio e indústrias químicas como Syngenta e Bayer.

O acesso e qualidade de conexão à internet potencializa desigualdades econômicas e regionais no campo, mas também pode abrir possibilidades para um uso mais positivo socialmente, que resulte na mobilidade dos produtores, como a organização em rede para comércio, logística e cooperativas. Ao mesmo tempo, essas redes, aplicativos e sistemas exercem um poder sem nenhum obstáculo normativo e material para suas ações no território. Isso ocorre por intermédio da vigilância, coleta incessante de dados, influência política, econômica e espacial, e formação de redes de grandes produtores de insumos quando têm também o poder de impor discursos.

Ao tratar do conceito psicofera, no caso das cidades inteligentes, busca-se um argumento coerente a favor da superioridade da forma mercado sobre todas as outras, sem vozes de contestação pelo progresso e inovação do setor privado. No campo, as pessoas são persuadidas a crer que os investimentos nas *commodities* vêm sanar uma “demanda verde”, sem nenhuma repercussão negativa no contexto da monocultura de alta produtividade. Ao mesmo tempo, justifica a noção de propriedade privada sobre bens comuns, impondo a uniformidade e homogeneidade para atender o paradigma da produção agropecuária na conjuntura neoliberal.

IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO E CIRCUITOS DA ECONOMIA AGRÁRIA: A QUEM SERVE O PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO CAMPO BRASILEIRO?

A ideologia da modernização se expressa no campo, de modo mais completo, no que Denise Elias definiu como Regiões Produtivas do Agronegócio, que são as formas hegemônicas da economia agrária, identificadas com o Circuito Superior da Economia. As RPAs são regiões que concentram os maiores investimentos, sejam públicos ou privados, com o objetivo de garantir o atendimento às exigências dos capitais hegemônicos, sempre sedentos de infraestruturas, fundamentais à manutenção da competitividade do agronegócio globalizado. Inseridas de maneira subordinada nesse processo de modernização, encontram-se a agricultura tradicional e a agricultura familiar, que acessam de forma restrita aquelas infraestruturas, sejam elas voltadas à produção, à comunicação ou ao transporte, e que compõem o Circuito Inferior da Economia Agrária.

A psicofera dominante, que trata a modernização conservadora do campo como única alternativa viável ao desenvolvimento de amplas regiões do país, e tão bem representada pela campanha publicitária “agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”, da Rede Globo de Comunicação, faz com que qualquer questionamento ao modelo produtivo adotado pelo agronegócio seja tarefa delicada. A associação direta entre agronegócio e produção de alimentos e matérias-primas, bem como à abundância alimentar e ao abastecimento de um setor industrial pujante, mascaram um cenário de crescimento da fome e da insegurança alimentar e nutricional, e de desindustrialização no país.

Os imperativos da competitividade, tratados no item anterior (A capilarização da informação nas cidades e no campo no Brasil), fazem com que os investimentos públicos sejam direcionados ao atendimento das demandas do Circuito Superior da Economia Agrária, em detrimento às do Circuito Inferior, reforçando processos de exclusão e de disparidades regionais historicamente presentes no Brasil. Assim, enquanto batemos recordes de produção e exportação agrícolas, o índice de inflação dos alimentos supera a inflação geral e a insegurança alimentar, a fome e a desnutrição infantil crescem de forma alarmante, juntamente com o consumo de alimentos ultraprocessados e de baixo valor nutricional.

Presenciamos uma alteração nos padrões alimentares da população brasileira, pois a ideologia da modernização chega também à mesa. Se historicamente o acesso a alimentos in natura ou minimamente processados era acessível às camadas mais pobres, com os alimentos industrializados sendo mais comumente consumidos pelas classes médias e altas, verificamos

hoje um acesso cada vez maior aos alimentos processados e ultraprocessados a toda a população. Paralelamente, o encarecimento dos alimentos in natura faz com que as classes populares tenham seu acesso a esses alimentos cada vez mais restringido.

O desmonte de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que haviam criado garantias mínimas de acesso a alimentos saudáveis às populações mais pobres e de compra e renda aos agricultores familiares, criou ainda mais obstáculos ao acesso regular à alimentação saudável. Por outro lado, o mercado de alimentos produzidos de formas sustentáveis ou tradicionais torna-se cada vez mais criador de imaginários, pois apresenta-se também como fator de distinção social.

PSICOSFERA COMO CAMPO DE DISPUTA FINANCISTA PELO DISCURSO ECONÔMICO

As técnicas que autorizaram a multiplicação de instrumentos financeiros para investimento e as acoplaram às dinâmicas econômicas do dia a dia também deram fruto a uma dimensão discursiva, ideológica e afetiva que atua sobre o discurso econômico regional, nacional e internacional. Impõem-se, nesse sentido, interesses rentistas, representados por seus títulos acionários, fundos diversos e participações em lucros, às práticas do planejamento econômico. Nesse sentido, uma psicosfera dos investimentos ganha força sobretudo desde os anos 1990, com a estabilização monetária, projetando possibilidades de negociação e aplicação de poupanças no território, ao mesmo tempo em que origina grupos de interesse financeiro que atuam, de diversas maneiras, para orientar políticas em sentidos que os favoreçam. Isso corresponde a disputas de sentido que contrapõem as possibilidades reais da elaboração do planejamento às demandas da reprodução do capital financeiro - muito mais imediatistas e baseadas na aceleração contemporânea.

As frentes pelas quais se estabelecem as disputas financistas estão fortemente representadas pela mídia econômica que, sobretudo após o período hiperinflacionário, passou a contar com corpos de jornalistas dedicados à produção de análises financeiras que interagem com agentes empresariais, mas também tomadores de decisões políticas. Questões com o estabelecimento e determinação dos orçamentos públicos e o estabelecimento das taxas de juros são, dessa forma, pressionadas a partir da circulação de informações que promovem uma racionalidade neoliberal, cujas defesas se encontrarão principalmente representadas nas pautas de privatizações e de flexibilização normativa.

O planejamento urbano e regional, nesse contexto, passa a contar em dois sentidos com os novos conteúdos financeiros continuamente gerados. Por um lado, o financiamento de atividades passa a contar com uma sorte de investidores cujas demandas chegarão a partir dos contratos de juros e dividendos. Por outro, é promovida a ideia de que a adesão aos novos mecanismos financeiros é inevitável, fruto da promoção de racionalidades, mas também de sensações e de afetos. Isso se explicita, por exemplo, na visão da cidade como conjunto de ativos financeiros, cuja lógica deve ser orientada, portanto, à atração de novos investidores - isso passando a constar como elemento central quando da elaboração de seu planejamento. Nesse mesmo sentido, a “inevitabilidade” das decisões alimentadas pelas finanças sobre o planejamento urbano inclui a promoção das *smart*

cities, justamente abrindo a possibilidade da compilação de dados sobre recursos da cidade transformando-os em ativos passíveis de investimentos, previsão de rentabilidade e publicidade.